

# TRÊS RAZÕES PARA PROTESTAR NO DIA 30

No começo de julho, o projeto de lei da reforma trabalhista, o PLC 30, deve ser votado no Plenário do Senado. Por isso, esse é o momento de intensificar a pressão para os senadores rejeitem a proposta que quer acabar com as leis trabalhistas.

A prioridade é criar uma rede de mobilização, com cada professor chamando os colegas para a manifestação na Paulista. O ponto de encontro da categoria será o balão do SinproSP, em frente ao Masp, a partir das 16h.

O ato não é apenas em defesa dos direitos dos professores, mas uma luta unitária por todos os trabalhadores.

## 1. Reforma trabalhista

A proposta em discussão no Senado (já aprovada na Câmara), cria um novo paradigma nas relações de trabalho, dando poder excessivo às empresas e desprotegendo os trabalhadores. Veja alguns exemplos:

- Legalização do contrato de trabalho sem registro em carteira
- Redução de direitos da CLT por acordo ou convenção coletiva
- Fim dos direitos da Convenção Coletiva (garantia semestral de salários, por exemplo) por acordos feitos na empresa
- Terceirização irrestrita, em qualquer atividade, sem vínculo com a empresa. Uma escola sem professor, por exemplo
- Restrição à atuação dos sindicatos e da Justiça do Trabalho
- Contrato de trabalho intermitente, sem garantia de salário e sem pagamento de horas extras

## 2. Reforma da Previdência

O modelo de Seguridade em discussão, associado ao desmonte da legislação trabalhista, vai inviabilizar o acesso aos benefícios. A proposta reduz a proteção social e foi feita sob medida para estimular a previdência privada.

- Fim da aposentadoria aos 30/35 anos de contribuição. Fim da aposentadoria dos professores de educação básica (25/30 anos)
- Instituição de idade mínima e aumento do período de contribuição para **TODOS** os trabalhadores, inclusive para quem está perto de se aposentar
- Redução do valor das aposentadorias de **TODOS** os trabalhadores, pela mudança na regra de cálculo do benefício.
- Fim da multa de 40% do FGTS para o trabalhador demitido que já estiver aposentado
- Redução em 50% do valor da pensão por morte
- Proibição de acúmulo de aposentadoria e pensão por morte (exceto se a soma dos benefícios não exceder a 2 salários mínimos)

## 3. Diretas Já!

Um governo chafurdado em denúncias gravíssimas, com boa parte do ministério investigado e um presidente que mente publicamente, não tem condições para propor ou defender mudanças que punem severamente os cidadãos.

Esse governo é ilegítimo, assim como são ilegítimas as reformas trabalhista e previdenciária. Afinal, na eleição de 2015, alguém defendeu essa plataforma que está sendo imposta?

Por isso, a luta em defesa dos nossos direitos é indissociável do fim do governo Temer e da realização de **Diretas Já** para escolha de seu substituto.